

Ampliar a mobilização!

Estamos insistindo desde o final do ano passado na necessidade de minorar a enorme defasagem salarial de professores e funcionários na USP, Unesp e Unicamp. Em novembro de 1999 e novamente em fevereiro de 2000 levamos ao Cruesp argumentos claros no sentido de que era possível conceder reajustes imediatos, sem prejuízo da discussão futura da data-base.

Os reitores não tinham como negar uma folga orçamentária que só se acentuou de novembro de 1999 até agora. Por outro lado, negaram-se à negociação efetiva com o Fórum das Seis naquele momento.

Ficou claro que só o aumento da pressão política e da mobilização poderia obter respostas concretas do Cruesp. Em abril, as assembleias de professores e funcionários decidiram aumentar a mobilização. Em 5 de abril, tivemos um Dia de Reflexão, Protesto e Paralisação, que se iniciou com um debate sobre a ameaça que paira sobre a Universidade pública, continuou com o lançamento unificado da campanha salarial e terminou com um ato na entrada da Reitoria da USP, no momento em que entregávamos



Daniel Garcia

oficialmente a pauta de reivindicações.

Dentro deste quadro de aumento da mobilização, o Cruesp reagiu com o agendamento de uma reunião no dia 3 de abril, quando foram acertados tanto a antecipação da data-base para abril de 2000, quanto o agendamento de rodadas de negociação para os dias 13 e 19 de abril.

No dia 13 de abril, mobilizados e em paralisação no Estado inteiro, docentes, funcionários e estudantes compareceram à Secretaria da Ciência e Tecnologia para manifestação de protesto e acompanha-

mento da rodada de negociação com o Cruesp. Infelizmente, a agressão gratuita da PM e do secretário de C&T inviabilizaram o debate entre o Fórum das Seis e o Cruesp.

Na rodada do dia 19 de abril, recebemos dados do Cruesp que confirmam a plausibilidade de nossas reivindicações (**veja matérias neste boletim**). Além disso, a proposta de separar ativos e inativos tinha desaparecido da mesa: tudo que era proposto agora — ainda muito pouco em relação ao que podemos obter — seria para todos.

Não existe dúvida de que

há muito espaço orçamentário para reajustes dignos, que preservem a capacidade operacional das universidades estaduais. Consideramos também inoportuna, num quadro de enormes perdas salariais, a discussão de formas não ortodoxas de remuneração.

É importante, portanto, ampliarmos nossa mobilização e disposição de luta. Contamos com a participação de todos na assembleia da Adusp, na terça-feira, 25 de abril, quando avaliaremos a evolução das negociações e o indicativo de greve proposto pelo Fórum das Seis.

Assembleia Geral da Adusp

25 de abril, terça-feira, às 17 horas

Auditório Jacy Monteiro (IME)

Pauta: avaliação da proposta do Cruesp e indicativo de greve

As contas do Cruesp

Na reunião do dia 19/4 o Cruesp apresentou a tabela que descreve a sua visão do impacto de 25% de reajuste para professores e funcionários na data-base.

Muito embora não tenha ficado claro como o Cruesp calculou a sua estimativa para a receita das universidades em 2000, estes números confirmam o que temos dito a tempos: há espaço para uma negociação efetiva das nossas reivindicações. Senão vejamos

1) A Adusp realizou estudos para estimar a arrecadação do ICMS e a receita das universidades em 2000. Utilizaremos, nos cálculos abaixo, duas dessas hipóteses, a saber:

a) O cenário do governo do Estado, que é de 6% de inflação pelo IGP-DI e 1% de crescimento real. Nesta hipótese, a receita estimada

das universidades é de R\$ 2.054 milhões. Esta estimativa é 3,4% maior que a de R\$ 1.977 milhões apresentada pelo Cruesp. Os comprometimentos acumulados para diversas possibilidades de reajuste e sob esta hipótese constam da coluna hipótese 1 na tabela abaixo.

b) Um cenário mais otimista, que considera uma inflação anual de 12% pelo IGP-DI e 1% de crescimento real. Nesta hipótese, a recei-

REAJUSTE 25% EM MAIO

UNIVERSIDADES	LIBERAÇÃO FINANCEIRA	FOLHA DE PAGAMENTO	COMPROMETIMENTO ANO
	ICMS KANDIR_2000 KANDIR_ATRASADO		
UNESP	476.946.208	462.528.657	96,88
UNICAMP	455.962.677	428.372.941	93,95
USP	1.044.386.686	919.000.270	87,99
TOTAL	1.977.295.572	1.809.901.868	91,53

Fac-símile de tabela apresentada pelo Cruesp

ta das universidades em 2000 seria de R\$ 2.090 milhões. Os comprometimentos acumulados para diversas

possibilidades de reajuste e sob esta hipótese constam da coluna hipótese 2 na tabela abaixo.

Comprometimento acumulado das 3 universidades

Reajuste	Com estimativa do Cruesp	Com as estimativas do Fórum	
		Hipótese 1	Hipótese 2
7%	83,1%	80%	78,6%
17%	87,8%	84,5%	83,1%
20%	89,2%	85,8%	84,4%
25%	91,53%	88,1%	86,6%

Previsão da Adusp para o ICMS 2000

A Adusp preparou um estudo para estimar a arrecadação e a receita das universidades em 2000. Baseados na regressão deflacionada do ICMS nos anos de 96, 97, 98 e 99 construímos índices para a evolução mensal do ICMS em 2000. A partir destes, adi-

cionamos a influência da inflação e da estimativa de crescimento real de 1%. Foram discutidas as seguintes quatro hipóteses para inflação, medida pelo IGP-DI: 6% (o cenário adotado pelo governo do Estado), 10%, 12% e 15%. Lembramos que o IGP-DI acumulado

no ano de 99 foi de cerca de 20%.

Em todos os casos, o estudo indica a plausibilidade das nossas reivindicações. A íntegra do estudo está à disposição dos interessados na página da Adusp, <http://www.adusp.org.br/noticias/estudo2000.htm>

Adusp repudia tentativa de intimidação

Vários colegas, chefes de departamento e diretores de Instituto, estão sendo pressionados pela reitoria a entregar listas nominais de funcionários que participaram das paralisações em defesa da Universidade Pública e das nossas condições de vida e trabalho. A Adusp repudia esta tentativa de intimidação deste movimento legítimo e aponta, ainda, seu claro caráter discriminatório.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Nova superintendente conversará com CR no dia 28/4

A professora Maria Lúcia Lebrão, que desde o final do ano passado responde pelo Hospital Universitário, foi convidada a reunir-se com o Conselho de Representantes da Adusp, para expor a política de saúde que pretende implantar e responder a questionamentos que lhe sejam feitos.

Em ofício à Adusp, de 14.4.2000, a professora já havia informado que teria

“o maior prazer em marcar entrevista para prestar esclarecimentos”.

A reunião será muito importante, pois o prazo dado para a suspensão temporária da portaria GR 3189, de 29.10.99, que alterava significativamente as regras do atendimento no HU, está praticamente no fim. A reunião realizar-se-á na sexta-feira, 28.4, às 10 horas, na sede da Adusp.

É proibido divergir

Vidal Cavalcante/AE

Cenas do confronto provocado pela PM no dia 13 de abril: na foto à direita, policiais agridem manifestantes do lado de fora do prédio; à direita, abaixo, policiais jogam no chão o estudante da USP e fotógrafo Jorge Washington; abaixo, Francisco Miraglia, da Adusp, tenta negociar com o truculento major José Everardo, do 13º BPM; na foto menor, o estudante da USP Eduardo, detido num carro da PM; na foto maior, manifestantes entram no pátio da Secretaria da Ciência e Tecnologia, logo após a pancadaria.



Vidal Cavalcante/AE



Daniel Garcia

Daniel Garcia



Daniel Garcia



A rodada de negociação do dia 19 de abril

O Fórum da Seis compareceu à reitoria da USP para a reunião agendada com o Cruesp, no dia 19 de abril às 10h00 da manhã. A reunião iniciou-se às 10h45 e terminou às 13h25.

As reitorias apresentaram seus estudos sobre as reivindicações do Fórum, encaminhadas no dia 5 de abril, apresentando uma tabela que é reproduzida em artigo na página 2. Essa tabela, ao contrário do já acordado entre o Fórum e o Cruesp, foi feita segundo o orçamento aprovado pelas universidades, no lugar do regime de fluxo de caixa, como normalmente é feito na planilha que o Cruesp apresenta ao Fórum.

Mesmo com essa mudança ensaiada nessa tabela, os dados mostram que é possível ao Cruesp propor reajustes muito acima dos 7% veiculados pelos reitores. Esse fato foi apontado insistentemente aos reitores. O Fórum argumentou também que era necessário manter a metodologia anterior, que consistia em discutir tendo como parâmetro a planilha do Cruesp. Foi apontada ainda a possibilidade concreta de que os dados orçamentários fechados há mais de seis meses, e baseados nos números do governo estadual para o orçamento de 2000, estejam subestimados.

O presidente do Cruesp, reitor Jacques Marcovitch, passou a palavra ao secretário-executivo para enunciar a nova proposta. O enunciado de modo algum foi claro e parecia incluir:

- 7% de reajuste a partir de abril/2000
- 3% de abono sobre a massa salarial de abril a dezembro /2000.

Esses números se aplicariam tanto a ativos quanto a inativos. O reitor da Unicamp pediu um prazo de 120 minutos para que fosse feita uma redação adequada que refletisse a proposta dos reitores.



Daniel Garcia

O Fórum das Seis pediu ao Cruesp:

1. Realização da reunião técnica, seguida de nova rodada de negociação no dia 24/04/2000;
2. Em relação à contra-

proposta do Cruesp acerca do gatilho e comprometimento acumulado das universidades:

Realização de reunião entre Cruesp e Fórum sempre que:

a. O comprometimento acumulado agregado (global ou médio) das três universidades, estimado pela planilha Cruesp, ficar abaixo de 90%;

ou

b. A estimativa de inflação

acumulada a partir de abril/maio pelo IPC-Fipe ultrapassar 3%.

Ofício nesse sentido foi enviado aos reitores logo após o término da reunião com o Cruesp.

Em tempo: somente às 12h25 do dia 20 de abril, momentos antes do fechamento deste Boletim e quase 24 horas depois de encerrada a reunião, recebemos o enunciado oficial da proposta do Cruesp. Uma cópia já está à disposição dos interessados no site da Adusp.

Os documentos da CERT (e portanto do Reitor)

A Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), de confiança do Reitor e de caráter consultivo, divulgou recentemente dois documentos com títulos *Diretrizes de Avaliação das Atividades Docentes* (dezembro de 1999) e *Normas Básicas Internas da CERT* (fevereiro de 2000). Os textos da CERT apontam a visível intenção de avaliar individualmente todos os docentes da USP e apresentam os critérios a serem utilizados em tais avaliações.

A leitura dos documentos da CERT é uma tarefa difícil. As frases são mal construídas, há termos nada elegantes como "atingimento" ou "balanceamento de atividades", e há afirmações no mínimo pouco claras. O estilo de redação dos textos não é, pois, adequado a um ambiente universitário. Fossem apenas esses os aspectos inaceitáveis dos documentos, a questão seria menos grave. Há, entretanto, questões mais relevantes a criticar.

Há um grande equívoco no fato de a CERT elaborar as diretrizes e executar a

avaliação dos docentes, ainda que por encomenda do Reitor. Não apenas pelos aspectos legais da questão (veja-se parecer da assessoria jurídica da Adusp), mas, principalmente, por questões éticas, de conduta universitária e de estrutura de poder na Universidade. Não se pode admitir que um processo de avaliação de docentes seja imposto sem um debate sério nos departamentos e unidades e sem que exista um plano de metas da própria Universidade. A atitude da CERT é arbitrária e ilegítima, sendo reflexo da maneira como a Universidade tem sido gerida.

A leitura dos documentos deixa exposta a "filosofia" quantitativa da avaliação tanto da "produção", quanto das atividades de ensino, extensão e administrativas. No primeiro documento, diz-se, sobre os planos de metas de departamentos e unidades: "Tanto quanto possível, tal explicitação deverá ser feita em termos mensuráveis, para que a avaliação de seu atingimento possa basear-se em parâmetros objeti-

vos, que, por sua vez, serão definidos ao longo do processo de aprovação dos Planos de Metas Departamentais pela CPA".

Considerando que os textos da CERT surgem em período de campanha salarial, e que recentemente a Reitoria apresentou o documento *Política de Remuneração e Benefícios*, que propõe um fundo de valorização do desempenho acadêmico para "recompensar em pecúnia" aqueles que passem pelo crivo de um sistema objetivo e transparente de aferição de desempenho; considerando ainda as recentes tentativas de punir docentes alterando seus regimes de trabalho, não há como deixar de suspeitar que os critérios de avaliação da CERT têm relação mais forte com metas orçamentárias do que com metas acadêmicas.

Fica a questão: para quem e a quem serve a CERT? Certamente os interesses de uma Universidade pública não têm sido defendidos por essa comissão. Ao contrário, sua atuação tem sido no sentido de desagregar valores universitários.